

A TRADIÇÃO AINDA É O QUE ERA?

Bernardo Pires de Lima

JOHN DICKIE

**The New
Mandarins: How
British Foreign
Policy Works**

Londres,
I. B. Tauris,
2004, 254 páginas

Se o mundo mudou a 11 de Setembro de 2001, a política externa britânica sofre a sua alteração a 2 de Maio de 1997, dia em que Tony Blair chega a Downing Street. Esta afirmação tem a sua razão de ser, pois foi o primeiro-ministro britânico que assumiu, em grande medida, a condução dos assuntos internacionais desde então. Pese embora as diferenças de actuação entre os dois responsáveis pelo Foreign Office (FO), Robin Cook (1997-2001) e Jack Straw (desde 2001), Blair sentiu-se sempre à vontade na assunção desse protagonismo.

John Dickie, correspondente diplomático do Daily Mail durante trinta anos, desvenda-nos os bastidores do FO depois da «revolução» introduzida por Robin Cook em final da década de 90. *The New Mandarins*, o sucessor de outra obra sua publicada a seguir à era Thatcher (*Inside the Foreign Office*, 1992), procura demonstrar dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, em que medida as transformações orgânicas e metodológicas operadas no interior da diplomacia britânica influenciaram a condução da mesma; por outro, e a *contrario sensu*, terá tido relevância a

transformação da política externa do New Labour na própria reestruturação do Foreign Office?

Mas, afinal, em que mudou a política externa britânica? A resposta é simples: a ambição de liderar na Europa e a relevância conferida à defesa dos direitos humanos. A relação preferencial com os Estados Unidos manteve-se sólida como anteriormente. Centremo-nos então nas duas primeiras.

EUROPA

Ao chegar a Downing Street, Tony Blair traçou como um dos seus principais objectivos um envolvimento mais desinibido do Reino Unido no processo europeu, no pressuposto de que a orientação dos anteriores governos, tanto trabalhistas como conservadores, havia deixado Londres à margem de algumas decisões-chave da integração europeia.

Afastando-se das linhas radicais anti-europeístas do Labour, sobretudo até meados dos anos de 1980, e do eurocepticismo feroz da senhora Thatcher, Blair aceitou que a Europa e a relação transatlântica eram as duas faces da mesma

moeda. Para ele, a Grã-Bretanha teria de passar a desempenhar um papel activo na política internacional e esse caminho deveria passar por uma maior «intromissão» no seio das decisões da comunidade europeia. Por outro lado, e este é um dos aspectos mais desenvolvidos por Dickie, desde que Robin Cook assumiu a pasta dos Estrangeiros, o tradicionalismo cinzento da diplomacia britânica foi posto de lado. Desde logo com um plano estratégico, imediatamente tornado público, sobre as orientações internacionais do país. Neste campo, foram potenciados os mecanismos de divulgação on-line, deixando de se circunscrever estas matérias a fóruns políticos demasiado restritos. Para além de uma abertura ao exterior e da tentativa – bem conseguida, diga-se – de conferir um maior protagonismo aos assuntos de política externa na agenda doméstica britânica, uma nova abordagem estava também na mente de Blair: para ser forte internamente, teria de assumir um maior protagonismo no exterior. Por isto nunca teve pejo em assumir compromissos internacionais, muitos deles em ruptura com as tradicionais linhas da política externa britânica e o sentimento geral do seu partido, e muito menos de se aventurar em palcos políticos onde líderes de outras potências se sentiam bem mais à vontade, desde há muito tempo.

Mais do que uma abordagem às opções políticas de Blair, o livro de John Dickie é sobretudo uma análise dos meandros onde é formulada a política externa do governo do New Labour. A mais-valia dessa nova política é atestada por uma série de dados, que vão desde a ligação do Foreign Office às ONG's, serviços de *intelligence*, o mundo

dos *think-tanks*¹, os círculos empresariais, o Parlamento e outros ministérios, até à preponderância da feitura contínua de *papers* pelos famosos mandarins, passando pela exposição pública de alguns conselheiros e pelo incentivo dado para que muitos dos que participam no processo decisório expressem publicamente as suas opiniões. Robert Cooper, David Manning, Christopher Hill, William Ehrman ou Emyr Jones Parry são exemplos de alguns influentes mandarins no FO e no n.º 10 de Downing Street.

DIREITOS HUMANOS

Quando Robin Cook traçou as linhas-mestras da nova política externa britânica (1997), acentuou o seu carácter pró-activo na defesa dos direitos humanos. Uma defesa, aliás, que não teria recuos nem hesitações. A moral e um sentido ético da política externa seriam as duas referências que guiarão a acção internacional da Grã-Bretanha do futuro. Para além da fragilidade dos conceitos (ou melhor, da sua aplicação cega à política externa), o moralismo apregoado pelo New Labour foi posto à prova em diversas ocasiões, nomeadamente em casos que envolviam a exportação de armas para países em conflito (afinal de contas, a indústria de defesa é um dos sectores mais competitivos da economia britânica). O que é certo é que nunca em tão pouco tempo (cinco anos) a Grã-Bretanha esteve envolvida directamente em tantos conflitos militares (cinco), o que traduz bem o espírito messiânico e voluntarista que impregna os conceitos adoptados pelo governo de Blair². Neste ponto, convém recordar, que desde 1999, no auge do conflito no Kosovo, Blair se opôs à inviolabili-

dade do conceito de soberania (e do seu corolário lógico, a não-ingerência) em estados onde se verificassem crises humanitárias graves, violações grosseiras dos direitos humanos ou fortes indícios de ameaças terroristas para a segurança internacional.

O cenário de mudança foi também ele acelerado pelos acontecimentos de 11 de Setembro. A necessidade de envolver a comunidade islâmica para melhor responder a possíveis convulsões internacionais, obrigou a diplomacia britânica a adaptar-se às realidades complexas da religião, da segurança e da cultura de outras regiões do mundo. Aos tradicionais três idiomas que todo o bom funcionário do FO deveria dominar, foram acrescentados dialectos afegãos, estudos chineses ou árabes. A própria redefinição da estratégia internacional do país obrigou à abertura de novas delegações diplomáticas em países habitualmente negligenciados, o que aumentou não só o número de funcionários, como exigiu uma preparação específica para cada região. Este é, claramente, um caso em que a estratégia internacional definida pelo governo obriga à redefinição orgânica do ministério em causa. Os novos mandarins, ou *young turks*, como lhes chama John Dickie, são muitos deles recrutados entre as minorias étnicas e entre o sexo feminino. Duas realidades pouco apreciadas no FO, se tivermos em conta, por exemplo, que só em 1976 é que o governo de Sua Majestade passou a dispor de uma embaixadora (no caso em questão, em Copenhaga).

Um outro aspecto relevante na efectiva defesa dos direitos humanos é a confluência de interesses entre o Governo e ONG's, como a Amnistia Internacional. Blair, que

sobretudo a partir do 11 de Setembro toma os comandos da política externa, traz para a mesa do processo decisório e da negociação político-diplomática essas organizações, assim como procura, em paralelo, trabalhar em conjunto com decisores económicos em prol da defesa dos interesses estratégicos britânicos.

CONCLUSÃO

The New Mandarins tem não só uma escrita com alguma graça como nos ajuda a perceber os mecanismos de selecção no FO; as formas como se procuraram revitalizar as suas relações hierárquicas, simplificando-as; a interligação com as organizações da sociedade civil; a produção académica de pensamento estratégico num apoio permanente à decisão; as diferenças entre as personalidades de Robin Cook e Jack Straw e, sobretudo, a preponderância do primeiro-ministro na condução dos assuntos internacionais.

Não se espere que este livro seja uma análise à condução política de Blair ou aos meandros das decisões mais controversas dos últimos anos. É sobretudo um estudo sobre as rupturas com os tradicionalismos da diplomacia nas suas diversas dimensões. Mas, como em todas as quebras de tradição fortemente enraizadas nas instituições, também neste caso há mudanças que levam o seu tempo. Peter Hain, ministro para os Assuntos Europeus dos governos de Blair, dizia, com algum humor, o seguinte: «Os meus funcionários são óptimos, mas quando lhes disse para pararem de me chamar “ministro” e me tratarem por “Peter”, bem, a resposta deles foi: “Sim, senhor ministro”». **RI**

NOTAS

¹ Os principais *think-thanks* britânicos, nas questões políticas e económicas de cariz internacional, são os seguintes: Royal United Services Institute for Defence Studies (rusi.org); Fabian Society (fabian-society.org.uk); Royal Institute of International Affairs (riia.org); International Institute for Strategic Services (iiss.org); Ditchley Foundation (ditchley.co.uk); Foreign Policy Centre (fpc.org.uk); International Policy Institute at

King's College [kcl.ac.uk/sspp/research/centres/IP12.htm]; Demos (demos.co.uk); Centre for European Reform (cer.org.uk).

² Sobre o intervencionismo internacional de Tony Blair ver, John Kampfner, *Blair's Wars*, Londres, Free Press, 2003. Sobre a convergência política e ideológica entre Blair e os dois últimos presidentes dos EUA, Clinton e W. Bush, ver Peter Riddell, *Hug Them Close:*

Blair, Clinton, Bush and the «Special Relationship», Londres, Politico's, 2003. Sobre a governação de Blair, nas suas diversas dimensões, inclusive na política externa, ver dois excelentes livros, Anthony Seldon (ed.), *The Blair Effect: The Blair Government 1997-2001*, Londres, Little, Brown and Company, 2001 e Anthony Seldon and Dennis Kavanagh (eds.), *The Blair Effect 2001-2005*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.